

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA: A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA ESQUERDA BRASILEIRA

Cristiane Soares de Santana¹
Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: crysthianesantana@yahoo.com.br

Palavras-chave: Ala Vermelha. Maoísmo. Esquerdas.

Esta comunicação tem como objetivo discutir a influencia do maoísmo na esquerda brasileira durante o regime militar, focalizando o caso do Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha entre 1966-1976.

Com o golpe de 1964, o Partido Comunista do Brasil, da mesma forma que outras organizações da esquerda brasileira, passou a refletir sobre as práticas empreendidas até então e as novas táticas a serem utilizadas perante esse novo contexto social e político imposto pelos militares brasileiros.

A consequência dessa reflexão ficaria explicita através da publicação do documento *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*, no qual estaria clara a decisão do PC do B pela adoção da luta armada. No seio do PC do B conviveriam duas propostas: uma enfatizaria a ação política ligada às massas e a outra focalizaria o enfrentamento armado com a ditadura.

A relação da China com o PC do B já se desenvolvia antes do golpe, pois em 24 de março de 1964, foi enviada a primeira turma de militantes para realizarem na China o curso de capacitação política e militar, dentre estes podemos citar Diniz Cabral Filho e Osvaldo Orlando da Costa (GORENDER, 2003, p. 117). No ano de 1965 foi enviado com a mesma finalidade outro grupo, do qual faziam parte Elio Cabral de Souza e Tarzan de Castro. Por último em 1966, em plena Revolução Cultural, foi enviada outra delegação de quadros dentre os quais estavam Derly de Carvalho e Edgard de Souza Miranda.

¹ Professora do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antonio Carlos Magalhães- Madre de Deus (Bahia).

Dessas três delegações que retornaram do treinamento na China, alguns militantes, que posteriormente formariam a Ala Vermelha, apresentaram uma série de questões referentes à própria estrutura organizativa do PC do B.

Nas academias chinesas todos haviam apreendido sobre a necessidade da presença de condições objetivas e subjetivas para a deflagração da luta armada, sem as quais se tornava inviável qualquer expectativa de ações revolucionárias para a tomada do poder. Estudaram também a importância de um partido comunista forte e democrático respaldado pela classe operária, pelos camponeses e pela população geral. Era uma questão essencial para a condução da guerra popular prolongada, a qual deveria ser travada a partir de áreas densamente povoadas, que apresentassem um vigoroso enraizamento partidário entre os camponeses, o qual se refletiria em um considerável grau de politização – o que exigia um elevado nível ideológico dos próprios quadros partidários (SILVA, 2006, p. 27).

Tais questões promoveram um choque entre o que eles aprenderam na China e nos posicionamentos do Partido, dando origem ao desenvolvimento de um processo de luta interna no seio do PC do B. Os integrantes da luta interna lançaram as vésperas da VI Conferência do Partido Comunista do Brasil as suas concepções através da publicação de um documento intitulado *Por um grande debate revolucionário em nosso Partido*.

Este documento apontava as concepções críticas das integrantes da luta interna em relação às práticas do PC do B. Ressaltando a necessidade de reconstrução de um partido novo, o grupo que guiou a luta interna criticava o posicionamento do PC do B que realizava excessivamente trabalhos voltados para a preparação militar, havendo a subestimação ao trabalho junto às massas.

Essas críticas tecidas pelos integrantes da luta interna não se referiam somente a debilidade política e ideológica de um grande número de quadros do PC do B, mas também ao próprio comportamento dos dirigentes em relação aos quadros e organismos de diferentes níveis. Isto está diretamente ligado ao sigilo com o qual certas questões eram tratadas no seio do Partido, como por exemplo, a escolha e o conhecimento da região do Araguaia como área prioritária para o desenvolvimento da guerrilha ficou restrita a poucos membros da cúpula do Partido. A partir disso, notamos que as questões políticas e ideológicas foram também elementos impulsionadores do rompimento desses militantes com o PC do B.

Em junho de 1966, o PC do B realizou a sua VI Conferência da qual resultou o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, através do qual o PC do B tentou de certa forma responder a alguns questionamentos impostos pelo grupo que regia a luta interna. Em relação à estrutura do funcionamento partidário, por exemplo, o PC do B afirmava que

Critérios incorretos sobre o centralismo democrático estorvam o funcionamento e o trabalho de construção do Partido (...) em nome do princípio de direção coletiva e do combate ao mandonismo, existem opiniões de que tudo deve ser discutido por todos e conhecido por todos. Teses errôneas do XX Congresso do PCUS, no terreno de organização, também penetram no Partido. Negam, na prática, o papel dos dirigentes e estabelecem uma contradição artificial entre as direções e as bases, opõem quadros novos aos velhos.. Essas teses deformam o centralismo democrático minam a férrea disciplina partidária e levam a um liberalismo inadmissível.²

Mesmo com essa preocupação aparente do PC do B em responder os questionamentos dos militantes que lideravam a luta interna, acabou ocorrendo uma ruptura entre esses dois grupos. Porém, os representantes da luta interna iriam tentar realizar durante algum tempo um trabalho de transformação no seio do próprio Partido propondo uma reconstrução partidária, a partir do prisma da Revolução Cultural Chinesa. Após um período de embates com a cúpula, que os havia expulsado do Partido, estes militantes resolveram acatar essa expulsão, passaram a trilhar seu próprio caminho e formaram o Partido Comunista do Brasil (Ala Vermelha) (SILVA, 2006).

Os militantes do PC do B que formariam a Ala Vermelha eram em sua maioria constituídos por antigos participantes das Ligas Camponesas, do Movimento Revolucionário Tiradentes e ex-adeptos do foquismo, os quais haviam feito autocrítica em relação às concepções foquistas após os estágios realizados na China. A Ala atuou nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Ceará (SILVA, 2006).

A partir da análise da documentação pesquisada podemos perceber que a Ala Vermelha nasceu sendo influenciada pela proposta maoísta de revolução. Afinal, a Ala Vermelha tinha como base essencial do seu projeto o desencadeamento de uma Revolução Cultural. No documento *A luta contra o oportunismo: a origem da luta interna* a organização afirmava que: “a sua resolução (dos problemas do partido) só

² União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista, 1966, p. 166.

pode se dar através de uma luta interna ativa, que vá de baixo para cima, atingindo todos os escalões do partido, sob a forma de *revolução cultural*” (ALA VERMELHA, 1967, p. 15) (Grifo nosso.). Esta referência feita pela Ala a Revolução Cultural pode estar ligada à experiência que os militantes que formariam a Ala sofreram durante seu período de treinamento na China.

A partir de 1967 é possível encontrar presença cada vez maior de aspectos do maoísmo e sua teoria nos documentos do PC do B (AV). Como exemplo disso, em outubro de 1967, um jornal chamado *Guerra Popular* passou a ser editado em São Paulo e um mês depois começou a ser distribuído no Estado da Guanabara. Pelo próprio nome do jornal podemos supor o quanto a estratégia maoísta estava influenciando as concepções da Ala Vermelha.

Além disso, podemos fazer referência ao grupo de estudos criado pelos militantes da Ala voltado para a instrução de quadros com base na teoria maoísta, que recebeu o nome de “Grupo de Estudos das Obras do Presidente Mao Tsé-tung” e publicou vários textos de Mao a partir de 1968.³

Em dezembro de 1967, a Ala Vermelha produziu seu documento programático intitulado *Crítica ao oportunismo e subjetivismo do documento ‘União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’*, no qual promoveu uma crítica aos posicionamentos do PC do B e apresentou suas próprias táticas para o desencadeamento da revolução brasileira.

Nesse documento percebemos que tanto o maoísmo quanto o foquismo passaram a influenciar a organização. A Ala Vermelha definiu a guerra popular como uma forma que a luta armada assume quando se desenvolve paulatinamente até envolver a participação de todo o povo. Para a AV, a guerra popular poderia se desenvolver de três formas: no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através de uma cisão do exército inimigo e por meio da formação de um foco revolucionário (ALA VERMELHA, 1967, p. 47). Através dessa afirmação começamos a perceber a mescla de influências maoístas e foquistas na estruturação do pensamento da Ala, através da própria definição de guerra popular, da qual o foco seria uma forma de desencadeamento.

³ Em nossa pesquisa encontramos os seguintes textos de Mao Tsé-Tung publicados pela Ala Vermelha: Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo; De onde vem as ideias justas?; A orientação do movimento juvenil; Declaração do Camarada Mao Tsé-Tung ao Comitê Central do Partido Comunista da China em apoio à luta dos afro-americanos contra a repressão pela violência etc.

Influenciada também pelo foquismo, a Ala deu continuidade as ações armadas a partir de 1967. No entanto, após a edição do AI-5, em 1969, uma série de prisões fez com que a Direção Nacional resolvesse organizar uma reunião para discutir a suspensão das ações armadas para expropriação promovidas pela organização até então e a necessidade de uma transformação na linha política da Ala Vermelha.

A Ala deu início à crítica ao foquismo, a qual seria aprofundada no documento *Os 16 pontos: Resolução da reunião extraordinária da Divergência Não Planejada (DNP) em 01 nov. 1969*. De acordo com ele,

Ao invés de nos preocuparmos em modificar nossa fisionomia política, ligando-nos as massas, combatendo a burocracia, formando quadros políticos ideologicamente capacitados, profundamente enraizados na massa, capazes de enfrentar as vastas e complexas tarefas que a revolução brasileira nos impõe, simplificamos tudo, adotando uma posição que se revelou objetivamente oportunista, pois fora das possibilidades de realização prática, que se desligava ainda mais das massas básicas, dos problemas por elas enfrentado. Damos uma solução altamente simplista: “os melhores quadros do Partido iriam para o foco”. Que partido? Que quadros? Quadros de origem pequeno-burguesa, parcos de conhecimento científico, formados em sua maioria fora do trabalho político entre as massas (ALA VERMELHA, 1969, p. 02).

Os 16 pontos: Resolução da reunião extraordinária da DNP pode ser interpretado como uma referência ao documento *A Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre a Revolução Cultural Proletária*, conhecido como *Resolução dos 16 pontos*, o qual regeu a Revolução Cultural Chinesa. Afinal, nestes dezesseis pontos eram elencados os aspectos de uma nova etapa da história da organização mostrando as ações que deveriam ser corrigidas e os caminhos a serem percorridos para o desencadeamento da revolução brasileira. Logo, estes dezesseis pontos se equiparam ao documento *A Resolução dos 16 pontos*, pois este também tracejava os caminhos que a revolução política deveria seguir na China.

A importância da ligação do Partido com as massas passaria a ser algo debatido no decorrer dos dezesseis pontos enumerados pela Ala Vermelha, assim como a necessidade de se realizar um trabalho junto ao proletariado urbano para o estabelecimento de sólidas bases estratégicas como apoio ao trabalho no campo.

Mesmo criticando o foquismo, a Ala Vermelha continuou a praticar ações armadas urbanas, as quais de acordo com a organização seriam feitas somente para arrecadar fundos para a organização. A consequência dessas ações expropriatórias foi

uma sucessão de quedas que se abateram sob a Direção Nacional entre 1970 e 1971 que promoveu uma profunda transformação política e ideológica na Ala, a qual passou a orientar sua militância para a realização da integração nas fábricas e nos bairros proletários.

A influência maoísta nesta prática pode ser vista através da ligação entre o processo de integração com a ideia de ligação com as massas promovida pelos militantes do Partido Comunista Chinês durante os anos de guerra civil em prol do processo de libertação nacional chinesa, os quais se inseriam junto às massas para educar, organizar e mobilizar os camponeses na luta contra o Kuomintang.

De acordo com o documento *Autocrítica* (1974), o campo deveria deixar de ser o palco principal da luta para se eliminar a transposição mecânica da estratégia maoísta para o Brasil. Com as cidades como palco para o desenvolvimento da revolução brasileira, a Ala propôs como tarefa a ligação dos militantes com as massas operárias nas fábricas, em bairros proletários, vilas operárias e favelas. Estes últimos podem ser definidos como ambientes que funcionavam como locais de apoio ao trabalho nas fábricas.

Através da nossa pesquisa nos documentos da Ala Vermelha que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) - Fundo Daniel Aarão Reis, encontramos documentos que apresentam aspectos da integração nas fábricas e a vivência de militantes em fábricas, bairros proletários, favelas e vilas operárias a partir de 1971.

Os militantes da Ala Vermelha se vincularam às massas operárias passando a viver, comer e trabalhar como eles com o objetivo de se aproximarem da sua realidade para transformá-la através da conscientização com base nos próprios problemas das massas.

A partir desse processo de conscientização das massas por meio de uma educação política, os militantes iriam tentar ampliar as bases da Ala Vermelha junto ao operariado mobilizando-os na luta contra a ditadura militar (ALA VERMELHA, 1971, p. 01).

Com base na leitura do documento *Circular de dezembro de 1976* pudemos encontrar indicações de que a diretiva da integração continuava sendo colocada em prática pela Ala, afinal ela estava listada como uma das tarefas a serem desenvolvidas pelo Partido no ano de 1977. Além disso, neste mesmo documento nota-se que as

concepções táticas do maoísmo continuavam sendo reafirmadas no discurso da Ala Vermelha em meados dos anos 70, de modo que de acordo com a Ala Vermelha:

Estrategicamente, a Frente única, o Exército Revolucionário e o cerco das cidades pelos campos, não sofreram propostas oficiais de substituição. Na parte tática, a única orientação que veio a substituir a diretiva do foco guerrilheiro e os grupos armados urbanos, se encontram nos 16 pontos com a diretiva de ligação às massas operárias nas principais concentrações industriais do país e no aprofundamento desta diretiva contido na Carta Política de 1973 (ALA VERMELHA, 1976, p. 02).

A crítica a proposta maoísta de revolução começaria a ser feita somente no ano seguinte, em 1977, no documento *Nossa Política e nossas tarefas* (projeto para discussão) o que aponta a estagnação de um modelo de revolução seguido pela Ala em boa parte de sua história. De acordo com este documento esta tática seria:

Fruto do entendimento dogmático, essa concepção de linha política abandona os problemas candentes do momento para se refugiar numa séria especulação de questões, que além de desnecessárias, criam falsos problemas no seio da esquerda e não armam os militantes em sua atuação, resultando em orações livrescas. Em geral, essas análises tentam copiar experiências de revoluções vitoriosas para colocar e definir os problemas como: o processo de tomada de poder (o cerco das cidades pelo campo ou insurreição) programa de medidas do futuro poder revolucionário, em todos os planos, a necessidade ou não de etapas (governo de coalização ou instauração da ditadura do proletariado) para atingir o socialismo etc. O fracasso dessa concepção de linha política tornou-se evidente na prática de luta contra a ditadura militar. Nesses anos revelou-se inútil, pois não serviu de orientações para a atividade revolucionária e os problemas que eram colocados pelas lutas da classe operária (ALA VERMELHA, 1977, p. 01).

Referências

ALA VERMELHA. *Por um grande debate revolucionário em nosso Partido*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1966.

_____. *Desencadear uma revolução cultural dentro do partido*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, set. 1967.

_____. *Crítica ao oportunismo e subjetivismo do documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça colonialista”*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, dez. 1967.

_____. *A luta contra o oportunismo: as origens da luta interna*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1967.

_____. *Os 16 pontos: Resolução da reunião extraordinária da DNP em 01 nov. 1969*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1969.

_____. *Boletim Interno*, n. 09, dez. 1971. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1971.

_____. *Circular*, dez.1976. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1976.

_____. *Nossa política, nossas tarefas*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1977.

_____. *Experiência de um companheiro no trabalho de massas em bairros, vilas e favelas*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, s/data.

_____. *Algumas opiniões para um programa de atuação nas favelas e vilas operárias*. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, s/data.

_____. *Guerra Popular*, n. 1, ano I, 25 out. 1967. Rio de Janeiro: APERJ/Fundo Daniel Araújo Reis, 1967.

ARAGÃO, E. M. 2008, 205 f. *Em câmera lenta, de Renato Tapajós: a história do livro, a experiência histórica da repressão e narrativa literária*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BARROS, J. D'Assunção. *O campo da história: especialidade e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BETTLHEIM, C. *Revolução Cultural e organização do trabalho industrial na China*. Tradução de Rita lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Título original: Révolution culturelle et organization industrielle em Chine.

BETTLHEIM, C; CHARRIESE, J.; MARCHISIO, H. *A construção do socialismo na China*. Porto: Editora Portuguesa, 1971.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003.

SILVA, T. A. D. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)*. 2006, 293 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAPAJÓS, R. *Em câmera lenta*. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979.